



***O OBJETO JOGADO DO QUARTO ANDAR ERA UM CORPO – DE
MULHER***

***EL OBJETO JUGADO DEL CUARTO PISO ERA UM CUERPO – DE
MUJER***

***THE OBJECT THROWN FROM THE FOURTH FLOOR WAS A
WOMAN'S BODY***

Fernanda Amorim Accorsi¹

Eliane Rose Maio²

RESUMO

Neste artigo, problematizamos a notícia do G1 sobre o feminicídio da advogada de Guarapuava, no Paraná, Tatiane Sptizner, em 22 de julho de 2018. Objetivamos relacionar a violência cometida contra de Tatiane às discussões feministas que visualizam o silêncio como um dos muitos tentáculos do machismo. Discutimos de modo teórico e crítico para ressaltar as vozes femininas que são jogadas no esquecimento quando outro caso semelhante de violência contra a mulher ganha repercussão midiática. Entendemos que a violência contra a advogada é um resquício do machismo estruturado nesta realidade, e que a repercussão sobre seu caso está diretamente atrelada a sua condição de mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Silenciamento. Branqueamento. Machismo.

RESUMEN

En este artículo, problematizamos la noticia del G1 sobre el feminicidio de la abogada de Guarapuava, en Paraná, Tatiane Sptizner, el 22 de julio de 2018. Objetivamos relacionar la violencia cometida contra Tatiane a las discusiones feministas que visualizan el silencio como uno de los muchos tentáculos del machismo. Discutimos de

¹ Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil. accorsifer@gmail.com

² Pós-doutorado em Educação Escolar. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil. elianerosemaio@yahoo.com.br

modo teórico y crítico para resalvar las voces femeninas que se juegan en el olvido cuando otro caso semejante de violencia contra la mujer gana repercusión mediática. Entendemos que la violencia contra la abogada es un resquicio del machismo estructurado en esta realidad, y que la repercusión sobre su caso está directamente vinculada a su condición de mujer.

PALABRAS-CLAVE: Violencia. Silenciamiento. Blanqueo. El machismo.

ABSTRACT

In this article, we discuss the news published by the G1 site on the femicide of Guarapuava, in Paraná, Tatiane Sptizner, on July 22, 2018. We aim to relate the violence committed against Tatiane to the feminist discussions that view silence as one of the many tentacles of machismo. We discuss in a theoretical and critical way to emphasize the female voices that are thrown into oblivion when another similar case of violence against women gains media repercussions. We understand that violence against the lawyer is a remnant of machismo structured in this reality, and that the repercussion on her case is directly tied to her status as a woman.

KEYWORDS: Violence. Silencing. Bleaching. Chauvinism.

* * *

Um marido bate na mulher para silenciá-la; um namorado ou um conhecido estuprador impede que o “não” da sua vítima signifique o que deveria significar, isto é, que a jurisdição sobre o seu corpo pertence apenas a ela; a cultura do estupro afirma que o depoimento das mulheres não tem valor, não merece confiança; os ativistas contra o aborto também procuram silenciar a autodeterminação das mulheres; um assassino silencia para sempre.

Rebecca Solnit

Introdução

Na epígrafe deste trabalho, o verbo silenciar se sobressai porque está atrelado às ações que acometem as vidas das mulheres em seus cotidianos. As histórias contadas, brevemente, por Solnit (2017) não estão isoladas, nem são exceções em um contexto em que 12 mulheres são, em média, assassinadas por dia no Brasil, conforme dados divulgados pelo *site* de notícias G1 sobre o Monitor da Violência (G1, 2018).

Diante desse número exorbitante de mulheres mortas, recordamos as discussões de Valenti (2018) sobre a obstinação em ser vítima, como se as histórias tristes fossem estimuladas a serem empurradas para debaixo dos *tapetes* sociais, guardadas para serem vividas na solidão, dentro dos quartos, embaixo das cobertas, no silêncio da noite. “Você fica mais bonita quando sorri” menciona Valenti (2018, p. 24) ao lembrar dos dizeres que estimulam o guardar do choro, da tristeza, da dor e da indignação.

Em outras palavras, as mulheres são incitadas a serem, constantemente, agradáveis, sugestionadas a harmonizar ambientes, relações e tensões, como um objeto de compressão terapêutico que, pouco atrativo, ajuda na ‘fluidez do sangue’ social com base nos rótulos generificados.

Não nomeamos nossas dores, nossos sofrimentos, nossas reflexões porque aprendemos, pedagógica e repetidamente, que chorar, reclamar, brigar e gritar é desagradável, não condiz com o comportamento de ‘boa moça’ esperado por uma sociedade que hierarquiza razão em detrimento da emoção. Os sofrimentos das mulheres são silenciados até que as notícias sobre elas emergem dos ‘tapetes’ e passem a ter caráter de violência inadmissível e, então, sejam escancarados nas telas que ora denunciam a violência, ora sugerem que ela aconteça (ACCORSI, 2018).

As agressões, que têm preocupação de ordem pública, são escondidas e naturalizadas conforme os papéis e as expectativas que lhe são diariamente endereçadas. Ao serem localizadas como supostos dramas pessoais, as violências são camufladas por delegacias, juízes/as, policiais, que desqualificam as narrativas das mulheres porque estão contaminados/as com os ideais machistas, sexistas e misóginos. No entanto, os gritos aparecem em diferentes formatos para que, quando possível, as mulheres saibam lidar com seus modos de sobrevivência.

O caso americano da estudante de Artes Emma Sulkowicz³ é um exemplo disso. Depois da denúncia do estupro sofrido por ela, nenhuma autoridade realizou punições aos estupradores, para lidar com sua dor, “[...] ela vem expondo seu drama como uma performance artística que consiste em carregar um colchão do dormitório universitário para todos os lugares enquanto está no campus” (SOLNIT, 2017, p. 115).

Embora existam mecanismos de silenciamento das violências sofridas pelas mulheres, representados pela afirmação “você fica mais bonita quando sorri”, por exemplo, nem sempre é possível escondê-los, uma vez que o silêncio de um corpo sem vida diz muito sobre as emoções que o atravessaram antes da morte.

Referimo-nos, especificamente, ao caso do feminicídio da advogada de Guarapuava, no Paraná, Tatiane Sptizner, no mês de julho de 2018. O referido caso foi amplamente divulgado nos meios de comunicação para incentivar os/as espectadores/as

³ O caso da americana Emma Sulkowicz aconteceu em 2012, em que ela e mais três mulheres acusaram um aluno da Universidade de Columbia, em Nova York, de estupro. As três não foram ouvidas pela reitoria da instituição de ensino e o estuprador não sofreu quaisquer sanções (SOLNIT, 2017).

da violência alheia a denunciar os gritos de socorro, que, no caso de Tatiane, não foram suficientes para salvá-la.

O portal responsável por produzir o Monitor da Violência, o G1, foi um dos *sites* que se desdobraram em narrar o final trágico da advogada. Exibiu, inclusive, as cenas captadas pelas câmeras do prédio de Tatiane, que, como em um filme, demonstraram as cenas de horror, medo e morte que suscitaram na acusação do marido dela, Luis Felipe Manvailer, e na indignação da opinião pública sobre a morte de mulheres pelo fato de serem mulheres, chamada pela Lei 13.104/15 de Femicídio (BRASIL, 2015).

Objetivamos relacionar a violência cometida contra Tatiane às discussões feministas que visualizam o silêncio como um dos muitos tentáculos do machismo. Entendemos que “[...] a agressão física por parte dos homens é estimulada nas sociedades machistas desde a mais tenra idade [...]” (CASTAÑEDA, 2006, p. 146) e a denúncia, a expressão, os gritos de mulheres passam por um crivo cultural de controle, silenciamento até caírem no esquecimento (SOLNIT, 2017).

Por isso, problematizamos a notícia publicada no dia da morte de Tatiane Sptizner, em 22 de julho e atualizada em 10 de agosto pelo *site* G1, intitulada “Advogada é encontrada morta após queda de 4º andar de prédio em Guarapuava, diz PM”. Justificamos a escolha desta temática porque na discussão analítica e crítica deste caso, viabilizamos uma maneira de ressaltar as vozes femininas, que são jogadas no esquecimento quando outro caso semelhante de violência contra a mulher ganha repercussão midiática. A sobreposição de notícias sobre violência contra a mulher massifica as histórias, encobre nomes e especificidades e pode se tornar mero dado estatístico que choca os sujeitos, mas não tem o compromisso de modificar as relações ocorridas no tecido social.

A dor visível é branca, de classe média, escolarizada e heterossexual

A referida matéria jornalística serve de ponto de partida para discutirmos o *status quo* que envolve os relacionamentos abusivos entre casais, em que os demais sujeitos são orientados, pela cultura vigente, a não se intrometerem porque não lhe diz respeito. A posse do corpo feminino e das vontades de quem o habita é um *modus operandi* do machismo, que pode virar notícia pela sua efemeridade, pelo alto grau de complexidade da narrativa construída pelo jornalismo com base em depoimentos de testemunhas, repletos de vestígios de achismo. “O jornalismo reproduz as desigualdades

sociais porque contempla a narrativa de alguns indivíduos e silencia a fala de outros, cobre alguns pontos do fato e omite tantos outros”, analisa Accorsi (2018, p. 45).

A repercussão orquestrada pelo jornal é seletiva quando ocorre a escolha das fontes e dos/das personagens que serão narrados/as, o que interpela leitores/as, produz sentidos e representações, que colaboram com a concepção de mundo de quem produziu, mas também de quem acessou a notícia. Há a escolha de protagonistas para repercutir o fato quando conveniente para a emissora, para o jornalismo vigente, como no caso de Tatiane em que havia uma materialidade significativa para a composição do noticiário: as imagens das câmeras que retratavam as dores e o sofrimento de uma mulher em situação de violência.

Entretanto, existem silenciamentos dos sofrimentos femininos articulados pelos aparatos midiáticos, como em situações em que mulheres não brancas, distantes do elitismo social, sofrem abusos, opressões e coerções e não se tornam personagens de repercussão nacional (CARNEIRO, 2003). De um lado, suas dores não existem midiaticamente, de outro, suas alegrias estampam vinhetas de carnaval, campanhas publicitárias de marcas cervejas e, raramente, novelas em horários rentáveis da televisão brasileira.

Entendemos que as notícias não intencionam transgredir os tabus raciais, uma vez que a mídia trabalha com a supremacia branca para a manutenção do capitalismo e da sociedade patriarcal. Tatiane era branca, de classe média, com ensino superior e estava em um relacionamento heterossexual. Reconhecemos e problematizamos seu sofrimento para pensar a violência e a objetificação dos corpos, mas não ignoramos as dores e as realidades das mulheres não brancas, das periferias, das lesbianas, das menos abastadas, das não escolarizadas.

O que desejamos afirmar aqui é que a violência cometida contra Tatiane não se iguala às violências de outras mulheres, as dores não são unidimensionais. Há, em cada mulher, especificidades determinantes que nomeiam quem elas são, como são suas vidas e de quais formas as violências as acometem (HOOKS, 2015).

Entendemos a repercussão midiática, bem como a comoção popular, do caso de Tatiane como um branqueamento da violência cometida contra a mulher, cuja ligação está diretamente associada a sua condição de mulher branca, heterossexual e de classe média. Em outras palavras, ter sido uma mulher branca garantiu à Tatiane a oportunidade da opinião pública conhecer a violência sofrida, conhecer sua trágica

história, o que implicou em maior destaque midiático e pode suscitar no aumento das chances de apuração da sua morte.

Mulheres negras, mulheres transgênero e mulheres indígenas são diariamente acometidas por atos de violência, em alguns casos fatais, mas suas tragédias não repercutem das mesmas formas e com a mesma visibilidade que a violência cometida contra Tatiane, porque existe um oportunismo midiático que beira à tirania machista ao desconsiderar outros eixos de opressão como, por exemplo, o racismo (CANEIRO, 2003). Desta forma, é possível interpretar que o alicerce midiático não serve a todas as mulheres. A mídia enfatiza uma condição específica de ser mulher com base nos paradigmas instituídos historicamente da branquitude, o que demonstra as contradições sociais e culturais em torno da violência contra as mulheres, uma vez que existe uma seletividade racial, classista e de geração do que é exibido midiaticamente.

O destaque dado ao caso de Tatiane sugere que as mulheres brancas, moradoras de apartamentos recheados de privilégios, não podem ser acometidas por violências. Sugere que elas estão isentas dos tapas no rosto, dos empurrões no elevador e das quedas do quarto andar. Ao noticiar a morte da advogada como um fato que foge à regra, o *site* indica que a violência é uma prática ‘aceitável’ se advinda de povos ‘primitivos’, confinados em barracos, sem câmeras de segurança, distantes do centro da cidade. A morte de Tatiane desequilibra a ordem social, mas segmenta, midiaticamente, o primitivo do sofisticado, como se existências fossem adereços para incrementar as notícias.

O corpo-objeto que fala

Visualizamos a concepção de mulher como uma categoria plural e passível de ser ressignificada conforme o tempo e o contexto em que ela está inserida. Um elemento ainda ressoa sobre o significado de ser mulher: o corpo, que ora é pensado plural, ressaltando sua individualidade, ora no sentido coletivo da palavra. Constituído pela cultura, refletindo a linguagem que o nomeia e o classifica, o corpo não é natural, é histórico, provisório e mutável (GOELLNER, 2003). O corpo recebe símbolos da cultura, mas também produz sentidos, uma vez que a vida social se inscreve no corpo, enquanto os sujeitos servem-se de seus corpos (MAUSS, 1974).

As violências não se restringem ao corpo, porque ultrapassam a linha tênue entre físico e emocional, como ocorreu com a advogada de Guarapuava, em que um tapa

proferido pelo marido acertou seu rosto, parte do corpo, mas sugere sequelas emocionais – se houvesse oportunidade para isso. Desse modo, o corpo não é acessório social, porque enquanto unidade constitutiva do existir, ele encarna o sujeito e, concomitante, incorpora o mundo no sujeito (MAUSS, 1974). Em outras palavras, o corpo de Tatiane, como representação social do seu ser, recebe o tapa e, ainda, representa o mundo que a cerca, em que a agressão física contra mulheres é uma realidade, como vimos na introdução.

O corpo de Tatiane que corre pelos corredores da garagem na tentativa de fuga, filmado pelas câmeras do prédio, que se esgrouvinha entre os pilares da garagem, que tenta fixar-se no elevador para não entrar em casa, como se soubesse o que ocorreria posteriormente, é o mesmo corpo historicamente sexualizado. Um corpo que tem sido autorizado a ser penetrado sem consentimento. Um corpo que sugere invasão porque é corpo de mulher.

O corpo cheio de ação e recheado de medo e revolta é o mesmo que despenca do quarto andar – e mais uma vez é filmado pelas câmeras. Sem vida, inerte, o corpo de Tatiane é carregado pelo marido no elevador e deixado no chão, todo ensanguentado, conforme narra a notícia do G1. Ocorre-nos a seguinte pergunta: qual cultura determina que esse corpo não é dela, mas sim do marido, que bate, empurra, segura, carrega, fazendo daquele corpo de mulher, dele?

Essa concepção sobre o corpo feminino nos remete às discussões de Biroli (2014, p. 132) sobre a cultura pornográfica, em que as mulheres são tratadas como objetos, legitimando “[...] práticas aceitáveis e [a]s expectativas ‘normais’ relativas aos comportamentos de mulheres e homens”. Como se a pornografia exibisse modos adequados de prazer que alocam o corpo feminino em uma condição de subalternidade em relação ao masculino, o que pode refletir no cotidiano das mulheres, não exclusivamente na relação sexual, mas no modo como são vistas e tratadas por outros membros da cultura. Embora a discussão da autora ultrapasse a ótica negativa sobre o consumo de pornografia, o que nos importa é entender que o corpo de mulher tem sido tratado como mercadoria, seja na indústria pornográfica, seja nas notícias sobre a morte de Tatiane.

No entanto, a indústria pornográfica não é a única responsável por transferir o corpo dela para *outrem*, por destitui-la da encarnação da sua existência, as novelas, as publicidades, os filmes, as vinhetas e as notícias representam corpos femininos de modos específicos, que vão do sensual ao exótico, servindo aos interesses dos grupos

hegemônicos, cuja prioridade não é libertar os corpos femininos, pelo contrário, é aprisioná-los em lugares específicos embebidos de estereótipos. Neste sentido, podemos citar a dona de casa ‘feliz’, presente nas novelas e/ou publicidades, que atende ao marido, aos/às filhos/as, ao lar, mas raramente às demandas próprias (CASTAÑEDA, 2006). Há, ainda, a ‘mulata’ globeleza, vinheta televisiva de carnaval, que evidencia os corpos das mulheres negras como servis e subalternizados, assim como nas histórias silenciadas do Brasil colônia, em que “[a]s consideradas ‘bonitas’ eram escolhidas para trabalhar na casa-grande” (RIBEIRO, 2018, p. 141).

A notícia sobre o feminicídio de Tatiane não se limita às telas, não se limita a informar, pois pode interpelar as vidas das pessoas, contribuindo para a composição do imaginário coletivo sobre quem mata e quem morre e sobre o que é autorizado (ou não) aos homens e às mulheres. Neste sentido, o corpo de Tatiane se torna uma representação de gênero em que “[...] a mulher é humilhada e objetificada” (BIROLI, 2014, p. 138), tratada como menos que humana porque é definida como instrumento do homem que busca satisfazer-se. Nos casos citados, do crime, da pornografia, da novela e da vinheta televisiva, o corpo não é dela, mas da cena, do outro, daquele que machuca se achar conveniente.

Verificamos, portanto, que o feminicídio de Tatiane, a pornografia discutida por Biroli (2014), a dona de casa analisada por Castañeda (2006) e a globeleza combatida por Ribeiro (2018) podem relacionar-se, uma vez que, nas oportunidades, o corpo feminino não é da mulher, mas do outro, bem como dos olhos e dos imaginários de quem assiste (e talvez se excite) com a morte, o sexo, a subserviência e a exploração.

Os corpos destituídos de vontade e silenciados pela força masculina se tornam visíveis nos casos de raptos seguidos de cárceres, como das americanas Jaycee Dugard, feita refém e escrava sexual por 18 anos, e Elizabeth Smart também sequestrada e abusada sexualmente por nove meses (SOLNIT, 2017). Os dois casos são verídicos e se desdobraram em livros como o Diário de uma escrava, de Rô Mierling e Vida Roubada, memórias registradas por Jaycee Dugard.

O caso de Tatiane não virou livro, embora as notícias apresentadas pelo G1 sugeriram cenas de terror tanto pela continuidade exibida pelas câmeras do prédio em que ela foi morta, o passo a passo do crime, quanto pela história que não pode ser contada pela advogada, mas estampa as manchetes do jornal que usam a autópsia do corpo como narrativa para repercutir sua tragédia.

Nos três casos narrados, das americanas Jaycee e Elizabeth e da brasileira Tatiane, os corpos não são delas, os corpos foram tomados à força por homens que as consideravam parte do seu patrimônio, passam a ser tratados como posse, corpos controláveis porque são corpos de mulheres. As práticas disciplinares sobre os corpos femininos se dão de formas plurais, pelo encarceramento, pelo feminicídio e podem ocorrer pelas intervenções cirúrgicas com finalidade estética e, ainda, pela força, pela violência em que se inscreve, no corpo, a marca do poder e da autoridade (CHACHAM, MAIA, 2004). As hierarquias de gênero vão, especialmente, enaltecer os corpos masculinos e estigmatizar os femininos.

Com relação ao corpo do homem, a linguagem sobre o pênis elabora a força e a superioridade dos genitais masculinos, bem como a sua função como instrumento ligado à atividade, violência e violação (pau, caralho, cacete, pica, ferro, vara). Com relação ao corpo da mulher, a linguagem aponta para uma anatomia deficiente, inferior e passiva, objeto da violência e paradoxalmente, ao mesmo tempo, um local de perigo por si só (buraco, gruta, racha, boca mijada) (CHACHAM, MAIA, 2004, p. 8).

Em perspectiva próxima, Maio (2011) discute que existem hierarquias para os corpos, há modos de enuncia-los, tocá-los, encará-los que apresentam as relações de poder existentes na cultura.

As diferenças culturais entre os gêneros masculino e feminino, podem explicar por que os sinônimos dados ao pênis são mais agressivos, e os dados à vulva são mais suaves e aceitáveis aos ouvidos e às bocas dos/das adultos/as, que se mostram receosos/as ou envergonhados/as ao pronunciarem ou escutarem tais palavras (MAIO, 2011, p. 143).

As diferenças culturais apresentadas por Maio (2011) e Chacham e Maia (2004) parecem não ter relação direta com o caso de Tatiane, mas quando observamos de modo mais analítico, percebemos que os modos de anunciar partes dos corpos femininos, cuja alusão é pejorativa, se conectam às hierarquizações de gênero, que elegem um corpo como soberano e outro como subalterno (MAIO, 2011). Este último é aquele passível de ser violado, aquele próprio para ser segurado, agredido e arremessado da sacada do prédio. O corpo da mulher é um corpo socialmente sem valor se comparado ao corpo masculino porque representa a falta, a abstenção, a nulidade da presença do pênis, tão aclamado pela sociedade machista que enaltece o falo.

Segato (2012) ilustra que, em países como a República do Congo, capital mundial da violação contra a mulher, a destruição vaginal tem sido arma de guerra, que intenciona desmoralizar os grupos inimigos. O corpo da mulher sofre pela violação e sofre, sobretudo, pelo desamparo que aumenta conforme a guerra se alastra. O genocídio e o feminicídio são práticas quase mecânicas da barbárie colonial, que ampliam as relações de poder, uma vez que a cidadania corresponde à imagem de um sujeito masculino, branco, heterossexual, proprietário de bens e letrado. Essas características correspondem, particularmente, ao marido de Tatiane, acusado pelo feminicídio da advogada, que não se conteve ao ser contrariado.

Este episódio da advogada nos sugere que o ‘não’ da vítima não significou nada para o marido e que a masculinidade hegemônica a partir da qual ele parece operar está acostumada com seu enaltecimento, em um lugar de destaque na pirâmide social e cultural. É por conta da exacerbação dessa representação restrita e machista de masculinidade que os corpos femininos têm sido tratados, historicamente, com desdenho, ora como objeto de desejo, ora como objeto de nojo, uma propriedade, que pode ser ‘demolida’ conforme houver conveniência (SOLNIT, 2017).

Considerações finais

Não nos propomos a encerrar as discussões sobre a matéria do G1, muito menos sobre os corpos femininos que são tratados como objetos, porque a representação das mulheres nas mídias não param de circular, não estão estanques de uma realidade que, ainda, considera os corpos responsáveis pelas violências que sofrem. A violência contra a advogada Tatiane Spitzner é um resquício do machismo estruturado nesta realidade e a repercussão sobre seu caso está diretamente atrelada a sua condição de mulher. Entendemos que o corpo jogado do quarto andar é um corpo que fala, seja por meio das entrelinhas da notícia, seja por meio deste artigo. É um corpo que, mesmo sem vida, ainda conduz histórias, análises, elucubrações.

Entendemos que a repercussão seletiva do referido caso ocorreu porque a mídia compactua com a tirania machista, classista e racista presente nos tecidos sociais, em que a morte de uma advogada branca estremece o *status quo*. Visualizamos que os corpos das mulheres são violados porque são tratados como objetos, peças de uma engrenagem chamada machismo, logo, são vistos como descartáveis, como passíveis de serem interpelados, narrados, exibidos, mutilados e esquecidos – até que outro corpo

(branco) de mulher tenha história para contar e se torne objeto de uma narrativa jornalística.

A violência cometida contra Tatiane emergiu do tapete social na notícia do G1 e toma, quem sabe, outro caminho com as tessituras que vão se encerrando por aqui. O corpo-objeto não é peculiaridade do G1, pois está presente nas novelas, vinhetas e pornografia. A cultura machista determina que o corpo da mulher não é dela e por esse motivo ele tem sido tratado ora como corpo-objeto, ora como corpo-mercadoria. Em ambos os casos há a incidência da violência contra a mulher porque sua narrativa é silenciada de um ou outro modo.

Referências

ACCORSI, Fernanda Amorim. *Professoras, levem mulheres à sala de aula: do jornalismo violento à prática pedagógica filógena*. 2018. 159 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

BIROLI, Flávia. O debate sobre pornografia. In: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 131-138.

BRASIL. *Lei nº 13.104*, de 09 de março de 2015, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em 12 de ago de 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, Dez. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 set. 2018.

CASTAÑEDA, Marina. *O Machismo invisível*. Tradução: Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara. Corpo e sexualidade da mulher brasileira. In: VENTURI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol. OLIVEIRA, Suely de. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 75-85.

G1. *Monitor da Violência*. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>. Acesso em 22 de set 2018.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes. NECKEL, Jane Felipe. GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003, p. 28-40.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/01033352rbcpol1600193.pdf>. Acesso em 12 de jan. 2018.

MAIO, Eliane Rose. *O Nome da Coisa*. Maringá/PR: Unicorpore, 2011.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, p. 3-24.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*, n. 18, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 12 set. 2018.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VALENTI, Jessica. *Objeto sexual: memórias de uma feminista*. São Paulo: Cultrix, 2018.

Recebido em janeiro de 2019.

Aprovado em julho de 2019.